

Sem reformas, cresce a pressão contra as âncoras

A demora nas reformas é um estímulo a pressões contra a política econômica. "Não temos mais fôlego para aguardar a chegada do paraíso", disse à Agência Estado o empresário Mário Bernardini, vice-presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp). Não importa verificar se a afirmação é verdadeira para todos os setores industriais, ou se contém boa parcela de exagero. O mais significativo é o dado político: juros altos e câmbio valorizado são mais facilmente aceitos quando entendidos, no mercado, como condições de transição a uma nova economia. A transição estará terminada, segundo a crença comum, quando forem atingidos dois objetivos: 1) o setor público poderá exibir condições de equilíbrio de longo prazo; 2) os investi-

mentos necessários ao desenvolvimento sustentável, especialmente em serviços públicos, terão sido retomados ou poderão recomeçar em breve, sem risco de impasse financeiro ou legal.

Com as reformas empacadas ou sem claro apoio parlamentar, o governo se torna incapaz de mostrar um roteiro bem definido à opinião pública. As reformas podem ou não ocorrer. Os projetos podem ou não ser desfigurados na tramitação legislativa. O custo de aprovação, representado pelas barganhas, também é desconhecido e talvez seja crescente. Ninguém pode garantir, neste momento, que a reforma do Ministério, com incorporação do PPB, seja suficiente para assegurar, nas votações mais importantes, a base parlamentar necessária.

Isso tende a aumentar a insegurança no mercado. A política econômica se confirma como assunto exclusivo do Banco Central (BC), responsável pelos juros e pelo câmbio. Todo o resto se torna um tanto decorativo, até porque o governo tem sido de enorme ineficiência noutras áreas, como a da política industrial e a da regulação do comércio no dia-a-dia. O BC, transformado em organismo central da política econômica, não tem poder nem competência formal, no entanto, para indicar perspectivas de médio e de longo prazos.

Quando o presidente da Fiesp e o da Confederação Nacional da Indústria lançaram, na semana passada, a idéia de uma paralisação geral, para pressionar Brasília a favor das reformas, começaram a pipocar, imediatamente, reivindicações de tipos bem

diferenciados. Alguns líderes falaram sobre a urgência das reformas. Outros deram entrevistas contra as políticas de juros e de câmbio. Outros puseram a ênfase no emprego.

A proposta não foi muito longe. Empresários e sindicalistas manifestaram-se contra a idéia. Mas o falatório serviu para pôr em nova perspectiva as queixas contra a política de curto prazo. Este é o perigo imediato: políticas de juros e de câmbio não devem ser vulneráveis a pressões desse tipo. Não são assuntos para plebiscito e mesmo os erros devem ser corrigidos com base em discussões em foro restrito. Este é um dos melhores argumentos a favor de um BC forte. Sem algo consistente para dizer sobre as reformas, o governo expõe os pilares da atual estabilidade a um crescente canhoneio.